

Macroeconomia e ideologia

Eleutério F. S. Prado¹

Nesta nota faz-se um comentário crítico de um pequeno texto de Simon Wren-Lewis, professor altamente qualificado de Macroeconomia e Metodologia da Economia que trabalha na Universidade de Oxford, Inglaterra. O escrito aqui visado, sob o título de “*Erros e ideologia em Macroeconomia*”, foi publicado em 8 de janeiro de 2012 em seu blog na internet.² Agora, ele aparece também em seu livro recém-publicado *As mentiras que nos são contadas*³. Ademais, é preciso mencionar, que esse professor pertence atualmente ao comitê dos conselheiros econômicos do Partido Trabalhista britânico, ou seja, que ele é alguém que pode ser classificado como de “centro-esquerda”.

É assim que Wren-Lewis apresenta o problema:

Imagine um ganhador do Prêmio Nobel em Física que faz erros elementares no debate público, os quais embaraçariam mesmo um bom aluno de graduação. Agora imagine outros colegas acadêmicos, de uma das melhores faculdades do mundo, cometendo erros desse tipo. Ora, isso não deveria acontecer. No entanto, é exatamente isso o que vem acontecendo em macroeconomia nos últimos anos. Como encontrar evidências para uma afirmação tão inusitada? Bem, está que aqui vai é de Robert Lucas, ganhador do Prêmio Nobel.

Wren-Lewis, então, seleciona um trecho de artigo polêmico desse último autor em que ele procura desqualificar a política keynesiana de gasto público que, ao ser posta em prática numa recessão econômica, visa contrariar a tendência de queda do crescimento.

Mas, se construirmos uma ponte tirando dinheiro de pessoas por meio de impostos, e usarmos o montante obtido para pagar o construtor de pontes – ou seja, os caras que trabalham na ponte – isso não passa de uma lavagem. Não dispara nada de início. Não produz qualquer estímulo extra. E, em certo sentido, não há nada que justifique a aplicação de um multiplicador a esses gastos. (Risos) Se você aplica um multiplicador aos gastos como os construtores de ponte, então você tem que aplicar o mesmo multiplicador com um sinal de menos nas rendas das pessoas que foram taxadas, tendo em vista construir a ponte.

O que Robert Lucas quer mostrar está ainda mais claro num trecho que Wren-Lewis coleta em artigo jornalístico de John Cochrane, que é também, tal como o primeiro, um astro brilhante na constelação dos grandes economistas; eis que se

¹ Professor aposentado e sênior do Departamento de Economia da FEA/USP. Correio eletrônico: eleuter@usp.br. Blog na internet: <https://eleuterioprado.blog>.

² Simon Wren-Lewis – *Mistakes and ideology in macroeconomics*, blog Mainly Macro, janeiro de 2012.

³ Simon Wren-Lewis – *The lies we are told – Politics, Economics, Austerity and Brexit*. Bristol University Press, 2019.

apresenta como um qualificado professor de macroeconomia da Universidade de Chicago.

Antes de gastarmos um trilhão de dólares, é importante entender como ele funciona na economia. Os gastos suportados pelos impostos obviamente não funcionarão para elevar o PIB: se o governo cobra um imposto de US\$ 1 e dá esse dinheiro para B, B poderá gastar US \$ 1 a mais. Mas A gasta \$ 1 a menos, de tal modo que nós, coletivamente, não ficaremos numa situação melhor.

Ora, o que esses dois luminares da Universidade de Chicago, o maior celeiro mundial de ganhadores do Prêmio Nobel em “Economics”, parece terem se esquecido é do mundo real. Quando se eleva o entesouramento por parte dos capitalistas numa recessão – um keynesiano falaria em elevação da preferência pela liquidez –, taxar a renda desses capitalistas para elevar o gasto público aumenta, sim, a demanda agregada e, assim, o PIB. E tudo isto – Wren-Lewis está certo sobre esse ponto – é bem elementar. Na verdade, é bem óbvio mesmo para um leigo em Economia Política.

Mas, agora, é preciso ver como esse crítico, contraria a afirmação de seus dois colegas que se situam mais a direita do espectro político. Veja-se, antes, que ele – mais precisamente –, argumenta com base na teoria novo-keynesiana que difere em certa medida da teoria novo-clássica e que esta última é a base de argumentação de Lucas e Cochrane. Não é que ele fala do interior de uma teoria econômica ancorada também numa noção de equilíbrio que funciona como signo de perfeição⁴

Ambos cometem o mesmo erro simples. Ao se gastar X no tempo t para construir uma ponte, a demanda agregada aumenta em X no tempo t. Ao se aumentar os impostos em X no tempo t, os consumidores suavizarão esse efeito ao longo do tempo, de modo que seus gastos no tempo t cairão muito menos do que X. Ao se colocar os dois efeitos juntos, tem-se um aumento da demanda.

Wren-Lewis está principalmente interessado em responder a seguinte pergunta: reconhecendo a alta qualificação dos autores dessas afirmações disparatadas, por que elas – que não deixam de ser erros primários ou falhas gritantes – são cometidas? Antes disso, porém, é interessante aprofundar um pouco a questão envolvida nas mancadas ou fraquejadas de tais grandes mestres.

Os economistas do campo neoclássico (entendido em sentido amplo) afirmam que os deslocamentos de renda de um para outro agente (sejam estes consumidores, investidores ou governo como um todo) não podem mudar o nível da renda agregada quando o sistema econômico já se encontra no equilíbrio de pleno emprego (ainda que possam arrastá-lo para outro ponto adjacente). Nesse caso, é óbvio, a afirmação é apenas uma tautologia. Entretanto, é preciso olhar isso mais de perto.

As estatísticas nacionais mostram em geral que a taxa de desemprego quase nunca cai abaixo de uns 4 por cento em relação ao total daqueles que buscam ou tem emprego. Se assim for, como falar em pleno-emprego em teoria. Os economistas desse campo explicam, então, que essa evidência empírica advém por causa da fricção que é

⁴ A centralidade da noção de equilíbrio põe a centralidade da noção de ordem em teoria econômica, seja ela perfeita ou maculada por imperfeições. Contrariam essa posição os economistas clássicos e Marx, pois, para eles a ordem do sistema econômico resulta e é gerada por meio de uma desordem ou anarquia permanente.

inerente ao “mercado de trabalho”; ou seja, sempre há um contingente de trabalhadores em processo de mudança de emprego.

Ora, é preciso desconfiar da completude dessa explicação porque a própria oferta de força de trabalho muda conforme muda o nível de desemprego. Quanto menor a sua taxa, maior é o número de desprezados pelo sistema (ou desestimulados como costumam ser chamados oficialmente) que voltam a fazer parte da força de trabalho que está em busca de emprego. Ou seja, em outros termos, a oferta efetiva de força de trabalho se altera com a contração ou descontração do exército industrial de reserva (Marx), o que depende do ritmo e do nível da atividade econômica. Assim se vê que não se tratam apenas de erros cometidos pelos dois economistas criticados, mas do fato de que tais erros surgem no interior de uma teoria que está profundamente errada. Ademais, como se sabe, um baixo nível de desemprego não costuma durar muito no tempo, pois os salários reais podem começar a crescer acima da produtividade do trabalho e isto, como se sabe, reduz a taxa de lucro e, assim, o estímulo ao investimento.

Esse argumento – admite-se aqui – impede que se pense o pleno-emprego como uma situação empiricamente possível, assim como que se possa tomá-lo como um ponto de referência central em teoria econômica. Ele, portanto, invalida toda macroeconomia ancorada na noção de equilíbrio como ponto de ótimo que apenas pode ser deslocado mediante “choques exógenos”. E sugere de modo crítico que esse saber apenas poderia ser desenvolvido de modo realista por meio de sistemas dinâmicos não lineares que representam o sistema econômico sempre fora do equilíbrio e que tomam o equilíbrio possível de outro modo, ou seja, como mero centro de gravidade em torno do qual esse sistema evolve.

Assim, esse argumento invalida também a macroeconomia novo-keynesiana a partir da qual raciocina Wren-Lewis sobre o sistema econômico e critica, por meio dela, a macroeconomia adversária, ou seja, novo-clássica. Eis que compartilha com a última duas premissas básicas: a) os modelos macroeconômicos devem ser construídos no suporte da teoria de equilíbrio geral; e b) eles devem estar bem fundamentados na microeconomia neoclássica contemporânea, isto é, aquela em que os agentes econômicos são capazes de fazer previsões com base em expectativas racionais.

A macroeconomia novo-keynesiana, porém – ficando aqui na esfera desse tipo de teorização e usando a sua linguagem característica –, não adota as suposições de informação perfeita, competição perfeita, custos nulos de transação e existência completa de mercados. Ao contrário, concebendo a possibilidade do “mercado perfeito” constrói o seu paradigma admitindo que no “mundo real” ocorre toda essa série de “imperfeições de mercado” e que, portanto, todas elas devem ser incorporadas nos modelos construídos teoricamente. Se a situação do sistema econômico, agora, não chega a ser um ponto de ótimo global, é pelo menos o melhor possível dadas as restrições.

Desse modo, entretanto, os modelos novo-keynesianos recuperam certas características dos modelos construídos no paradigma da IS-LM, próprio dos “velhos” keynesianos que não se importavam com os fundamentos microeconômicos. Neles também não vale a Lei de Say e, portanto, excessos de oferta de produto e força de trabalho podem existir e durar. As flutuações de demanda agregada produzem instabilidade macroeconômica. A assim chamada “oferta de moeda” influi no

funcionamento do sistema econômico de tal modo que ela não pode ser considerada “neutra”. As intervenções do governo por meio de políticas de estabilização melhoram o funcionamento do sistema econômico como um todo, elevando supostamente o bem-estar.⁵ De qualquer modo vale a arguta observação de Anwar Shaikh segundo a qual certos “economistas heterodoxos aceitam a visão perfeccionista como adequada num certo plano ou estágio do capitalismo, mas argumentam que as imperfeições agora dominam no mundo real”.⁶ Em outras palavras, tais heterodoxos que acolhem as tais imperfeições continuam prisioneiros do paradigma da otimização e do funcionamento perfeito dos mercados.

É nessa perspectiva, pois, que se deve considerar as críticas de Simon Wren-Lewis à Robert Lucas e à John Cochrane: trata-se de um autor não perfeccionista – ou seja, que acolhe imperfeições – criticando autores perfeccionistas – ou seja, que não as acolhem. É, pois, essa polarização no interior da análise de equilíbrio geral que está na base das divergências antes consideradas e que dão origem aos erros apontados. De qualquer modo, segundo ele, os novos-clássicos parecem à primeira vista desconhecer a teoria novo-keynesiana. Entretanto, ele explica esse desconhecimento como aparente e, de modo inesperado, procurando ainda entender os “erros”, passa a apelar para a noção de ideologia.

Argumentei em outro lugar que o problema de muitos macroeconomistas com o estímulo fiscal não está na oposição de escolas de pensamento, ou na validade de teorias particulares, ou o tamanho de certos parâmetros, mas sim com o fato de que isto implica numa intervenção do Estado projetada para melhorar o funcionamento da economia de mercado. Eles têm uma objeção ideológica à política fiscal anticíclica. Ora, o banco central é parte do Estado e costuma intervir para melhorar a forma como a economia funciona; em consequência, essa visão ideológica também implica em minimizar o papel da política monetária na gestão macroeconomia. Assim, a ideologia também pode ajudar a explicar a falta de familiaridade com os modelos usados pelos bancos centrais para pensar a política monetária. Em suma, uma visão ideológica que distorce o pensamento econômico pode levar a erros.

Ora, esse argumento final leva Wren-Lewis para uma cilada: pois o veículo que anuncia a ideologia não pode parar apenas na porta do novo-classicismo; ele tem de parar também na porta do novo-keynesianismo. A ideologia – é preciso convir – também pode ser uma boa explicação para a preferência dessa última escola, assim como da primeira, por assentar a macroeconomia na análise de equilíbrio geral! Eis que, assim, fica escondida a anarquia constitutiva do sistema mercantil – que não se constitui como uma ordem perfeita como a de um cristal nem como uma completa desordem como no caso do caos, mas a ordem por meio da desordem, característica esta que marca os sistemas complexos em geral.

⁵ Ver Brian Snowdon e Howard R. Vane, *Modern Macroeconomics – its origins, development and current state*. Edward Elgar, 2005, p. 357-361.

⁶ Ver Anwar Shaikh, *Capitalism – competition, conflict, crises*. Oxford University Press, 2016, p. 3-4.